



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1983

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida Cesar e Gilberto Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Pércles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte (37); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Aírton Cordeiro, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Paulo Furiatti, Tadeu França, Tércio Albuquerque, e em licença Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados, há "quorum" para abrir a sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Boaretto Neto e esposa Dona Dulce Pisani Boaretto, ocorrido hoje em acidente na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O extinto era pioneiro de Cascavel, madeireiro, agricultor

e empresário. Conhecido em todo o oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. ATHOS ARAMIS BUDÓ, uma das figuras mais queridas e respeitadas de Paranavaí.

Advogado, jornalista e um dos pioneiros em Paranavaí, foi Presidente da Secção local da Ordem dos Advogados, o Dr. Athos Aramis Budó, deixa uma lacuna difícil de ser preenchida na sociedade de sua terra adotiva, que aprendeu a admirá-lo.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento à direção do Forum de Paranavaí e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as prerrogativas que lhe são facultadas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, encarecendo àquela autoridade, as providências necessárias a serem tomadas, no sentido de se fazer instalar no Município de CAMPINA DA LAGOA, uma agência daquele Instituto, vez que a população daquela localidade encontra-se carente desses serviços que reputamos inestimáveis.

De outra parte, cumpre acrescentar, que a maioria dos municípios de Campina da Lagoa, contribui para a referida instituição, sem poder, atualmente, utilizar seus serviços, necessitando locomover-se por grandes distâncias, no afã de receber atendimento adequado.

Face ao exposto, requer-se o seguimento do pedido, com a urgência que o assunto está a requerer.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que através do setor competente, envidar esforços no sentido de providenciar o balizamento noturno do Aeroporto de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão está situada numa região interligada por grandes cidades do nosso Estado, constantemente ocorrem decolagens e pousos de aeronaves no período noturno, em razão da ausência de sinalização adequada, estes vôos são efetuados com algum risco, colocando assim, em perigo constante a vida daqueles que necessitam usar desde meio de transporte. Com o balizamento noturno sugerido, esta lacuna seria preenchida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam tomadas pela Comissão Executiva desta Casa, medidas urgentes no sentido de que seja regulamentada, ATRAVÉS DE DECRETO, a saída de veículos deste Poder para fora de Curitiba, respeitadas as missões de caráter oficial.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

O uso de veículos desta Assembléia para atender interesses particulares sempre tem gerado comentários desairosos em todas as camadas da população e principalmente no interior. Num momento em que todos nós lutamos pelo engrandecimento deste Poder, uma medida moralizadora de tal ordem, viria, por certo, contribuir para que sejam atingidos os fins almejados.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, a fim de serem efetuados reparos na Rodovia Osvaldo Pacheço de Lacerda, mais precisamente no quilômetro 80, no trecho próximo à PR-323, onde se inicia o desvio no Posto Querência, local em que, há 40 dias, dado o péssimo estado de conservação da rodovia naquele trecho, e com o desvio, tem ocasionado uma série de acidentes e poderá, em época de safra, prejudicar o escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983

(a) TUGIO SETOGUTTE

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão do próximo dia 27, em razão da realização do 1º FORUM DE DEBATES.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando sejam determinadas, através do órgão competente daquela pasta, medidas urgentes visando o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Tuneiras D'Oeste a Moreira Salles.

A reivindicação, que ora é apresentada, vem atender às constantes solicitações da laboriosa população daquelas comunas e que por certo virá propiciar melhores condições rodoviárias para o escoamento das safras agrícolas produzidas naquela fértil região que muito tem contribuído para o progresso econômico paranaense.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de GOIOERÊ.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Goioerê e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de CAMPO MOURÃO.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de CAMPO MOURÃO, e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir o mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de JANIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de JANIÓPOLIS e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir o mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de FÊNIX.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de FÊNIX e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir o mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de JURANDA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de JURANDA e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA, para o Município de BOA ESPERANÇA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de BOA ESPERANÇA, e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

De iniciativa da Câmara Municipal de BARBOSA FERAZ, e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de ARARUNA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de ARARUNA e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de ENGENHEIRO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de ENGENHEIRO BELTRÃO, e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de CAMPINA DA LAGOA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de CAMPINA DA LAGOA e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de IRETAMA.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de IRETAMA e considerando que o PROSAFRA é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Não poderia, como Superintendente Administrativo da empresa Klabin do Paraná, e como representante, nesta Casa, do laborioso povo de Telêmaco Borba, município onde estão sediadas as instalações da maior indústria de papel da América Latina, deixar de vir a esta tribuna, a fim de manifestar o reconhecimento pelas manifestações de todos os paranaenses,

diante do infausto acontecimento da última terça-feira, dia 19, quando um violento incêndio destruiu setores da referida indústria, ameaçando seriamente as suas demais instalações, na localidade de Harmonia — Município de Telêmaco Borba, neste Estado.

O acontecimento alarmou toda uma cidade e, em poucos momentos, a intranquilidade tomou conta de uma população inteira que, pelas mais variadas formas, passou a exteriorizar as suas preocupações e a hipotecar a sua solidariedade à Klabin do Paraná, auxiliando, cada qual pela forma ao seu alcance, no combate às chamas na preservação das vidas em perigo e na assistência às vítimas e seus familiares.

É nesta oportunidade que vale destacarmos o alto teor e a grande importância dessa ajuda, partida da espontaneidade de todos, que se uniram num verdadeiro contingente de combate ao fogo, irmanados na busca da preservação do patrimônio de uma empresa, tanto dela quanto de uma comunidade inteira, pelo fato de representar uma salvaguarda para os seus ideais de trabalho, e na missão de livrar do perigo, colegas de trabalho que viveram horas dramáticas em meio à gravidade da tragédia.

Foi assim, que operários, mestres, funcionários, técnicos, engenheiros, trabalhadores das mais diversas categorias funcionais e populares em geral, enfrentando os mais sérios perigos e pondo em risco a sua própria integridade física, se postaram na luta, cooperando com o corpo de bombeiros da empresa, chefiado pelo Sr. Lauro Nery do Canto e Souza e sob o comando do Coronel Jorge Mesquita de Oliveira, ambos pertencentes ao quadro de pessoal da Klabin do Paraná, para conseguir, após incansável trabalho, controlar as chamas, quase doze horas após o seu início.

Cabe, além do registro do fato, o agradecimento e o lamento:

pela ajuda recebida, inclusive do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa, Apucarana e Londrina, do pessoal empregado da empresa, do Governo municipal e da população em geral;

e pela perda de cinco preciosas vidas, vítimas dessa tragédia que ficará gravada nos anais da vida comunitária, que sucumbiram no pleno exercício do seu trabalho.

O incêndio atingiu duramente, parte do depósito do setor de expedição, a sala de acabamento e o prédio da máquina de secagem de celulose, causando danos variados às máquinas de papel e determinando a paralisação das atividades da fábrica, reiniciadas, apenas, no dia 21 — quinta-feira — com o embarque de produtos acabados não atingidos pelo sinistro.

E para encerrar, queremos nominar as vítimas da catástrofe, em sufrágio de cujas almas, Klabin do Paraná manda rezar missa de sétimo dia, nesta segunda-feira, às 18:00 horas, na Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima, em Telêmaco Borba:

GREGÓRIO PEREPELÍCIA, 61 anos de idade e quase 25 anos de trabalho para a empresa;

VALDEMAR HOFMANN, 55 anos de idade e quase 21 anos em Klabin do Paraná;

JOÃO MARIA RIBEIRO, 45 anos de idade e 5 anos de trabalho na Empresa;

CARLOS CEZAR MAGALHÃES, natural de Telêmaco Borba, com 23 anos de idade e 3 anos na empresa;

e o menor aprendiz OTACIR GALVÃO, aluno do SENAI, com apenas 16 anos de idade.

Eles se constituem, na hora amarga da desgraça que a todos ameaçou e que sobre eles diretamente se precipitou, o símbolo marcante do amor ao trabalho, que tem sido sempre uma característica dos colaboradores dessa conceituada empresa do nosso Estado."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Universidade Estadual de Londrina foi palco, durante toda a semana que passou, de um emocionante processo democrático. Durante dias e noites cerca de dois mil membros da comunidade universitária local debateram questões candentes da vida universitária e da vida nacional. A iniciativa da ADUEL - Associação de Docentes da Universidade —, combatida até há poucos dias pelos Governos anteriores, combativa, — por outro lado, e representativa entidade dos professores da Universidade, contou com a firme colaboração dos alunos e funcionários; além, evidentemente, do apoio e prestigiamento do Governo democrático do Paraná, que enviou para a abertura e encerramento do evento, como representantes, respectivamente a Professora Gilda Loures e o Professor Luiz Cordoni Júnior. Este último, tendo sido, inclusive, um dos colaboradores da Associação dos Docentes, promotora do evento.

Na condição de integrante da comissão da Assembléia que acompanhou o desenrolar do fórum, presenciamos e compartilhamos do amplo e irrestrito espírito de participação que presidiu os trabalhos, num inequívoco sinal dos novos tempos que caracterizam a vida social paranaense, após o vendaval democrático de novembro de 82, que varrendo do poder a oligarquia que dele se apossou em 64, imprime hoje novos rumos ao Paraná.

Destacamos hoje, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, numa próxima oportunidade, as seguintes conclusões aprovadas entusiasticamente pelos participantes do fórum; entre outras:

a instalação de creches para os filhos dos membros da comunidade universitária;

a discussão, com a comunidade, do orçamento da Universidade, até hoje fechado à sete chaves;

aprovação da sindicância para apurar a distribuição das verbas da instituição, aspecto inclusive que já foi objeto de CPI instalada nesta Casa, há três anos atrás. Juntamente, naquela ocasião, com o assunto das demissões injustas dos docentes que foi, por sinal, objeto de outra conclusão, recomendando a revisão e a readmissão de todos os docentes demitidos por perseguição política.

Uma quinta conclusão, a de que se instaure a eleição direta para todos os cargos de direção da Universidade, com a participação docente, discente e dos funcionários.

A decisão de que os funcionários graduados da Universidade, passem de fato a cumprir com suas tarefas, deixando em todo o Estado, a já "famosa" condição de funcionários fantasmas.

Uma outra conclusão, também objeto de apreciação, foi a de recomendar a extinção da AESI (Assessoria Especial de Segurança Interna), organismo que vem, nesses anos todos, servindo como polícia política da Universidade de Londrina.

A reativação dos organismos de representação estudantil, em particular do Diretório Central dos Estudantes, invadido e fechado, colocado na clandestinidade, por assim dizer, pelo ex-Reitor e que agora, com o apoio de toda a comunidade universitária é solicitada a sua reativação e legalização. Além dessas questões, de interesse mais interno da própria Universidade, o fórum de uma administração da sua sintonia, com a vida política nacional, aprovou o pedido de revisão, ou melhor dizendo, aprovou uma moção de apoio ao jornalista Juvêncio Mazzarollo e a outros jornalistas enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Uma moção de repúdio à Lei de Segurança Nacional, e a exigência de eleições diretas e livres, para Presidente da República.

Destacamos hoje, sem prejuízo de uma próxima oportunidade, voltar ao assunto, esses pontos como forma de registro, praticamente logo após o encerramento do fórum, como medida de compromisso.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Governo Federal continua liquidando qualquer pretensão dos brasileiros quanto ao sonho da casa própria, sonho este enganosamente alimentado pelo próprio Governo.

Sem a menor sensibilidade, sem o menor pejo, o Governo Federal segue pregando uma coisa e na prática fazendo outra.

Ao anunciar o reajuste para as prestações do BNH em 116%, está dando um duro golpe na esperança que ainda poderia o trabalhador manter quanto à possibilidade de conseguir sua moradia através do Sistema Financeiro da Habitação.

Este aumento supera a inflação do período e nos dá uma clara indicação do que nos espera no futuro. A inflação dos três dígitos está longe das promessas reiteradas dos responsáveis pela política econômica.

Pior do que o aumento de 116% na prestação do BNH é não existir nenhum plano para aliviar tão pesada carga sobre aqueles que acreditaram nas promessas feitas. E mais, o próprio Presidente da Caixa Econômica Federal, Senhor Gil Macieira, vem de público e diz que "o número de inadimplentes vai aumentar a partir de junho". Isto é, aumentará o número daqueles que, não podendo pagar, perdem o imóvel e tudo o que já haviam pago anteriormente. E ainda serão "fichados" como "maus pagadores", perdendo o crédito até para comprar o necessário agasalho.

Mais desesperançoso ainda é ver o Governo anunciar que não há recursos para a construção de casas pelo Sistema Financeiro da Habitação, criando severa restrição aos contratos de financiamento quando se sabe que só os depósitos das cadernetas de poupança passam dos seis trilhões de cruzeiros, e os recursos do fundo de garantia alcançam cifras astronômicas.

Ao registrar o meu protesto, Senhores Deputados, deixo também uma pergunta: onde está o Governo aplicando o dinheiro que deveria dar casas a preços compatíveis com o miserável salário dos trabalhadores???

Esta resposta e outras tantas que nós estamos dentro de um contexto difícil, em que o trabalhador vive na ilusão, no sonho da sua casa própria e aquele que já a adquiriu, não tem condições de amortizar o compromisso assumido, porque a prestação, conforme foi dito aqui, está muito além do nível inflacionário e mais do que isso, muito além daquele seu ordenado, que é automaticamente aumentado e em percentagens inferior àquela prestação.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um aspecto que é do conhecimento de todos, mas que sobretudo está afeto ao trabalhador que procura com esforços, não só seu, mas de toda a sua família, se safar do aluguel e entra no campo habitacional, do Governo, encontra as mais duras dificuldades. Quando consegue empréstimos, está aí nesta situação tão difícil, tão precária que o seu ordenado está longe de corresponder a uma prestação para amortizar.

É mais uma calamidade dentro do contexto tão dramático, tão traumático do problema social brasileiro.

É este o registro que nós queríamos fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fui um dos Deputados, em aparte oferecido ao nobre Deputado do PMDB, que aplaudiu o requerimento pedindo a instalação de uma CPI sobre corrupção.

O Paraná precisa saber realmente, quem foram os corruptos no Governo anterior e o que roubaram, o que levaram para casa.

Eu sou favorável a todas as medidas que tenham um cunho moralizador. Agora, o que eu não posso aceitar é que se faça espalhafato de medidas que não são efetivamente de autoria de quem as fez. É o caso do nobre Governador José Richa, que faz um espalhafato em toda a imprensa, dizendo que havia determinado auditoria trimestral nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista e na própria administração do Estado.

Fosse iniciativa do seu governo, nós estaríamos aplaudindo a CPI da corrupção que é de iniciativa da Bancada do PMDB.

Entretanto, a bem da verdade, e como Líder que fui do Governo anterior, é preciso que se faça justiça ao eminente ex-Governador, que através do Decreto n.º 5.862, firmado por José Hosken de Novaes, e pelos Secretários das Finanças, Sr. Edson Neves Guimarães, e do Planejamento, Wilson Deconto, já atribuiu à Secretaria das Finanças a missão de realizar auditoria financeira junto às fundações do Governo do Estado do Paraná, junto às companhias mistas, autarquias e à própria administração direta do Estado. Tem como acompanhar a execução orçamentária e orientar a exata aplicação das normas legais. Basta ler o Decreto n.º 5.862, o qual estabeleceu ainda, que, auditoria financeira deve ser feita através da coordenação de auditoria e análise de custo do Estado e acompanhamento da execução e orientação orçamentária em conjunto com a Coordenadoria de Orçamento e Programação da Secretaria do Planejamento.

Essa providência, ao contrário do que se faz hoje na administração pública de nosso Estado foi adotada com serenidade, com o equilíbrio que convém aos governantes para a correta fiscalização dos recursos proporcionados pelos contribuintes para aplicação da coisa pública.

E a providência do Governo anterior tinha amplo alcance, pois, para organização da auditoria trimestral nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, deverá o órgão auditado, além de atender aos pedidos de informações, facilitar o acesso e fornecer elementos, tais como, comunicação de recursos financeiros e orçamentários recebidos e concedidos e processos de licitação e/ou atos de sua dispensa.

E aliás, sobre o problema de licitação, vamos fazer um pronunciamento ainda nesta semana, com referência, com dispensa de licitação ocorrida nesta Casa.

Empenhos emitidos e processos de pagamentos, contratos, convênios e acordos formalizados. Documentos relativos ao pagamento de pessoa e obrigações patronais, PIS-PASEP, certificados de regularidade de situação junto ao BNH, que é o FGTS. E o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social — IAPAS; livros ou fichas de contabilidade; avisos e extratos bancários; prestação de contas e adiantamentos; prestação de contas em convênios, acordos, ajustes; inventário de bens móveis, de bens imóveis, de almoxarifados; informações detalhadas sobre recebimento e aplicação das receitas próprias e do Tesouro. E o Decreto 5.862, de autoria do ex-Governador Hosken de Novaes, estipulou que também deverão ser fornecidas, trimestralmente, informações sobre o pessoal, para realização de auditoria nos órgãos, com elementos tais como: controle quantitativo e unitário de encargos, demonstrativo qualificativo de cargos, e demonstrativo mensal de salários". Então, está aí.

Eu apenas quis fazer este registro, para que se faça justiça a quem merece.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, na tarde de hoje, para relatar a satisfação pela realização, no sábado próximo passado, de mais um Encontro do CONAM, na Cidade de Capanema, reunindo as principais Lideranças do Oeste e do Sudoeste do Paraná, nos municípios situados na área de segurança nacional.

A nossa satisfação pela presença maciça de Vereadores, Presidentes de Diretórios, população dos onze municípios que compõem as áreas de segurança nacional, na faixa de fronteira do Paraná. Reunião que teve a presença da maciça participação dos Vereadores do PMDB, e, inclusive, para nossa alegria, diversos Vereadores do PDS.

Sentimos, e para que não haja mais polêmica nesta Casa, a respeito dessa reunião do CONAM, sentimos a vontade crescente daquelas comunidades em poderem eleger seus Prefeitos; a vontade crescente nas camadas políticas de todos os Partidos, de poderem escolher os seus dirigentes municipais.

Por isso, a reunião do CONAM, em Capanema, em seqüências que foram feitas no Oeste do Paraná, tem mostrado a crescente aspiração cada vez maior, da devolução da autonomia dos municípios.

Tivemos a satisfação de ter conosco, nessa oportunidade, no Sudoeste do Paraná, do Deputado Gernote Kirinus, do Deputado José Fonseca e do Deputado Sérgio Spada.

Numa reunião de análise profunda, levantou-se uma vez mais o problema da soberania desses municípios, que não podem se conduzir e tem criado grandes conflitos na administração, após a vitória do Governador José Richa, no Governo do Estado do Paraná; ameaças constantes de conflito de autoridade, entre as autoridades municipais não eleitas, e o novo Governo que se instala, e, como moradores dessa região, eleitos por essa região, temos a obrigação de defender o interesse maior desses municípios, que é, o bem-estar e o desenvolvimento do seu povo. Não podemos, em hipótese alguma, calar a nossa voz nesta Casa, já que representamos esses municípios dos quais foi tirada a autonomia, para dizermos, constantemente, da necessidade de se devolver, aos municípios de fronteiras, o direito na escolha do seu Prefeito porque, em todas as análises feitas, não se percebe, não se constata e não se vê uma razão que justifique a continuidade, na nomeação de Prefeitos para esses municípios. A segurança, não se faz com a colocação de um Prefeito escolhido por comandos políticos, segurança, não se faz com a colocação de Prefeitos que representam a vontade de uma pequena minoria do povo do Paraná, faz-se, pela presença física dos trabalhadores que lá moram, pelas crianças que lá estudam, que vão às escolas, pela cultura que lá se faz, pelos chefes de família que lá residem, estes sim, constituem a verdadeira segurança desses municípios, e de municípios vizinhos de dois países irmãos da América Latina. Mas, acreditamos que, esse povo das pequenas comunas do Interior, têm o direito sagrado de escolher, pelo voto direto e secreto, os seus representantes, até mesmo porque, seria um estímulo para a participação constante da mocidade, no processo político da região, nos movimentos populares para, lentamente, ganharem força e poderem representar, com liderança, os municípios daquela região.

Por isto, nesta Casa, no dia de hoje, quando relatamos brevemente este encontro que foi dos mais salutaros, queremos pedir a solidariedade da Assembléia Legislativa como um todo, para este requerimento que estaremos apresentando brevemente para as autoridades competentes, forçando a devolução da autonomia para os municípios da área de segurança nacional.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Faz duzentos e sete dias que Juvêncio Mazzarollo continua preso, por estar incurso na Lei de Segurança Nacional. (Lê):

“Ocupo esta tribuna com desprazer, porque entendo que aqui estamos por vocação pública, e por conseguinte, com o desejo de prestarmos serviços à comunidade paranaense, no âmbito de nossas funções parlamentares e legislativas, dentro de um processo histórico em que o nosso PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL tivesse apenas presente e futuro, jamais precisando nós voltar ao passado.

Todavia, cumprimos etapas no PROCESSO REVOLUCIONÁRIO instaurado em 1964, que substituiu a LEGALIDADE CONSTITUCIONAL do poder de governo, pela ILEGITIMIDADE DOS COMANDOS MILITARES que assumiram o controle do País, e que por força dessa incongruência jurídica, transformaram o PODER DO DIREITO, NO DIREITO DO PODER, sujeito à vontade unilateral desses comandos, sem qualquer preocupação com a Nação. Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta tarefa de estarmos aqui para DENUNCIAR, ao invés de envolvermo-nos com uma etapa subsequente de governo, como seria preferível uma Nação que tem uma invejável tradição de fraternidade e de grandeza humana, como é a Nação brasileira. Pois que, se em nenhum momento assumimos responsabilidades dentro desse ESTADO REVOLUCIONÁRIO, e nem sequer fomos admitidos mesmo como alertadores sobre o destino e que estavam nos conduzindo e para cuja salvação, hoje pedem socorro a nós, SOMOS UM GOVERNO DE OPOSIÇÃO, já com significativa parcela de poder conquistada, mas, justamente por causa disso, com ânimo redobrado na luta que continua e que tem por meta, a RESTAURAÇÃO DA REPÚBLICA que se há de verificar com a reconquista plena da SOBERANIA INTERNA E EXTERNA DO POVO BRASILEIRO. Pois, que, como bem asseverou o Presidente nacional do meu partido, Deputado Ulysses Guimarães:

“SOMOS ESTRANGEIROS DENTRO DE NOSSA PÁTRIA, PORQUE SÓ OS ESTRANGEIROS SÃO AQUI IMPEDIDOS DE VOTAR, E NÓS ESTAMOS IMPEDIDOS DE ELEGERMOS O NOSSO PRESIDENTE DA REPÚBLICA”, e só com muita luta conseguimos eleger os Governadores dos Estados, continuando ainda, sem podermos eleger soberanamente os Prefeitos das Capitais e das chamadas “áreas de interesse para a segurança nacional.

Então, vivemos a incongruente situação de termos de construir pela DENÚNCIA; de termos de edificar pela CONDENAÇÃO. Denunciando os desmandos, a espoliação do poder de governo, a idolatria dos recalques militaristas traduzida na preocupação exagerada e sem causa de “segurança nacional”; aliás, essa preocupação se constitui na “filosofia do poder” destes 19 anos de arbítrio, em cujo contexto discricionário, tudo virou “poder de polícia”. De forma que muitas figuras penais, como a invasão de domicílio, caiu no vazio, quando a “justiça das próprias mãos” foi delegada às companhias prestadoras de serviços públicos essenciais à vida, como Sanepar e Copel que investidas desse “poder de polícia” podem rescindir contratos com os usuários e invadiram suas propriedades e ali praticarem atos de suspensão de fornecimentos de água e de luz, atos estes, que ainda têm a sua qualificação delitual em tese, dentro dos códigos, mas que estão acima da ORDEM JURÍDICA, e por isso transferem os agentes respectivos, para a mesma área de impunidade em que estão colocados esses COMANDOS DE GOVERNO.

Assim, 450.000 pequenas propriedades agrícolas que até 1964 eram responsáveis por quase sessenta por cento da produção de alimentos do País, e que hoje, destruídas por esse “modelo agrário” que aí está, jogaram nas áreas urbanas, as populações que nelas viviam, de onde temos os bóias-frias, e grande parcela da população marginalizada, quase não representam problema mais grave, diante de todos os demais problemas que

afligem a nossa população rural. Quero pois, ficar na superfície desse "mar de arbítrio" que infelicita esta Nação e escreve, talvez, o capítulo mais negro de História do Brasil, porque nele, move-se na herança de desgraças que estamos herdando, os fantasmas daqueles valorosos brasileiros que foram torturados até a morte, pelo crime de desejarem um BRASIL SOBERANO e como herança exclusiva daqueles que nascem de sua história.

Na reconstrução pela denúncia, trago aqui, a situação Matelândia, com mais de quinhentas famílias de agricultores que vivem e trabalham na chamada "Fazenda Padroeira do Brasil" que se compõem de uma área de mais de três mil alqueires de terras agricultáveis, e que estão sendo litigadas entre Francisco José Minoli e seu pai Pedro Minoli.

O INCRA desapropriou várias áreas conturbadas dentro do Município de Matelândia, titulando-as aos ocupantes que ali se encontravam; todavia, não se entende por que razão, a "Fazenda Padroeira do Brasil", sendo a mais conturbada de todas essas áreas, e ainda sofrendo sobre si a agravante de estar no domínio de pessoa impedida pelas leis da República, como é o italiano Pedro Minoli, além de já ter sido alvo de inquéritos por provocações de posseiros, pela prática da "escravidão branca". Pois, ali, os agricultores eram fechados dentro da fazenda, onde havia um armazém, onde eles tinham de comprar o que precisavam, e ali vender os produtos que colhiam. Denunciar os assassinatos que ali ocorreram, é repetir a ineficácia dos meios de repressão ao tempo em que tais fatos aconteceram.

Denunciamos aqui, para que o Paraná tome consciência da extensão do que estamos herdando. Porque este problema, ao mesmo tempo em que é da exclusiva alçada federal, vez que essas terras se situam na faixa de fronteira, de domínio da União, preocupa a área da segurança pública, a cargo do Governo Estadual. Pois, a ordem pública há que ser zelada; mas, será que é justo punir o trabalhador que vive da terra, porque ele habita uma terra para a qual o INCRA não tem solução à vista? A quem a segurança pública do Estado deve prender, ao latifundiário que tem a terra como investimento de capital, da qual não precisa de produção alguma, e que está sob a proteção da omissão ou da conivência do Poder Federal, ou ao agricultor que além da terra só fica com uma família, que sem a terra onde vive, não tem como continuar sobrevivendo? A quem a vida pertence com exclusividade? Aos que tem terras para acumular riquezas, ou aos que nada têm, mas que habitando a terra, sobrevivem e produzem alimentos para muitos? Ou não há exclusividades existenciais privilegiadoras? Mas, o Poder Federal tem se sustentado sobre o princípio de que só merecem amparo, aqueles que de uma ou de outra forma vão compor das OLIGARQUIAS DO PODER.

É de conhecimento de todo o Paraná, os inúmeros conflitos armados sustentados por "jagunços" a soldo dos titulares de domínio das terras do Oeste e do Sudoeste do Paraná. No tempo passado, resolviam pelo arbítrio, sem se verificar o enquadramento social, político ou jurídico da questão. Hoje, porém, temos neste Estado, no âmbito do Governo Estadual, um compromisso com este povo ordeiro e trabalhador, de ouvi-lo, de governar com ele, para ele e por ele. Não podemos pois, permitir que os desmandos incrustados nas áreas de nossa atuação governamental, persistam, principalmente quando as vítimas são trabalhadores indefesos e que precisam, por sua própria condição de vida, de um lugar para habitarem, trabalharem e produzirem. E a terra para esses agricultores habitarem, trabalharem e produzirem, eles a têm.

É preciso apenas, que o Governo Federal a quem cabe a solução do problema fundiário na faixa de fronteira, reconheça-lhes o direito de permanecerem nessas terras com ânimo domínial.

E porque a denúncia sem a pena seria inócua e sem cau-

sa, mister se faz que CONDENEMOS esse regime totalitário e avesso tanto aos interesses básicos da Nação, quanto aos seus horizontes históricos. E no contexto de governo, que legitima o nosso dever de denunciar e de condenar, a conturbação agrária que está ocorrendo no Município de Matelândia, na "Fazenda Padroeira do Brasil", já com larga divulgação da imprensa como se vê dos recortes que trago à plenário, de jornais da região, é o fato que comprova a necessidade de MUDANÇAS. Mudanças que têm de atingir o ESTADO REVOLUCIONÁRIO, com a ORDEM CONSTITUCIONAL CONSUBSTANCIADA PELO VOTO SOBERANO DA NAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Porque só com essa mudança nas estruturas do poder de governo, é possível se restabelecer a ORDEM JURÍDICA ao alcance dessas questões da natureza desta que denunciamos.

Não estamos, pois, transformando esta Casa "em delegacia de polícia" como aqui já ouvi falar contra a atuação de bancada do meu partido. Pois que, herdeiros de destroços, em todas as áreas da atuação governamental, conforme vamos continuar denunciando nesta Casa, como já dissemos, estamos com a tarefa avessa, mas de qualquer forma realizável, de RECONSTRUIRMOS este Estado, pela DENÚNCIA e pela CONDENAÇÃO. Porque sobre essa reconstrução, deixaremos ao próximo Governo, mais a nossa quota de CONSTRUÇÃO. Uma construção que será sólida, porque estará alicerçada sobre o povo e sobre a sua SOBERANIA".

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, acompanhei o seu pronunciamento, dentro da parte específica que se refere à sua região. Nada tenho a acrescentar, porque Vossa Excelência me deu o conhecimento, hoje, sobre os fatos que relatou. Com relação às estocadas que Vossa Excelência faz aos ex-Governadores do Paraná, teria uma indagação. Tenho visto que seu Governador fez, recentemente, durante uma assembléia que houve da parte jovem do PMDB, uma afirmação dizendo que tinha herdado destroços, ou coisas que o valham.

Gostaria, Sr. Deputado, uma vez que seu Governo já está no Poder há mais de trinta dias e as "denúncias" de corrupção, de coisas erradas têm se avolumado consideravelmente, que isto viesse concretamente. Nós estamos - e quando digo nós, parcelas da população paranaense, esperando uma ação administrativa do seu Governo, uma ação eficaz, uma ação produtiva, uma ação objetiva e que ainda, lamentavelmente, não veio. O que se vê, Sr. Deputado Fonseca, é se acumular, repito, denúncias genéricas de corrupção, de destroços; que o Paraná está falido. Não é verdade, Vossa Excelência tem conhecimento como eu, que a dívida do Paraná é perfeitamente dimensionada com sua capacidade de pagamento. Para se ter uma idéia, a nossa dívida corresponde praticamente à metade do orçamento do presente ano, para ser paga em mais de vinte anos.

Não tenho visto nenhuma calamidade maior, só em algumas coisas setoriais poderão existir. O seu Governo também não será capaz, ao ponto de não permitir que nenhum setor possa andar pelos caminhos corretos, porque Vossa Excelência sabe que a administração é um complexo de órgãos de administração direta e indireta, que não são facilmente controlados. Vossa Excelência haverá de reconhecer isto talvez ao final do seu Governo. Já vemos hoje alguns problemas ocorrendo...

Gostaria que Vossa Excelência, dentro de uma linha que parece querer adotar nesta Assembléia, de compromisso com a verdade, de compromisso com a retidão e com as coisas sérias, que Vossa Excelência, por favor, tenha também um espírito crítico com relação aos ex-Governadores do Paraná. Quando digo ex-Governadores, incluo Hosken de Novaes, Ney

Braga, Jayme Canet, Paulo Pimentel, Emílio Gomes, que deram sua contribuição para este Estado. Podem ter tido erros, Sr. Deputado, como o vosso Governador também os terá, por causa da complexidade da administração. Mas o Paraná hoje é um grande Estado.

O próprio Sr. Deputado Deni Schwartz declarou, para todo o Paraná ouvir, que a malha rodoviária do Paraná, por exemplo, estava perfeitamente compatível com as necessidades do Estado e que a missão maior dele seria conservar esta malha rodoviária, como um exemplo apenas.

Pediria a Vossa Excelência, Sr. Deputado, que não entrasse na vala comum, no lugar comum dos oposicionistas de ontem, Governo de hoje, que estão a gerar apenas denúncias genéricas, sem nada apresentar de concreto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência do aparte de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Eu agradeço o aparte do nobre colega, mas gostaria a título de esclarecimento, de dizer que nós tivemos oportunidade de há dias atrás, trazer a esta Casa, não apenas uma denúncia. Eu sei que Vossa Excelência é um dos Deputados do PDS que cobra fatos, e nós aqui tivemos oportunidade de, não sei se o nobre colega estava em plenário, de trazer fatos concretos de um município da minha região.

Só a título de esclarecimento, quero dizer a Vossa Excelência que, infelizmente, como eu disse recentemente, nós que ainda achamos que somos da oposição, não vai ser em 30 dias, que vamos, de uma herança de 19 anos ou mais, de muitos erros cometidos neste Estado e não só neste Estado; de erros principalmente de 19 anos deste desgoverno depois de 1964, que o governo de José Richa, transforme em 30 dias, aquilo que o povo do Paraná espera; mas não perde por esperar.

Vossa Excelência não perde por esperar mais 30 dias.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite outro aparte? (Assentimento).

Eu não me referi a problemas de iniciativa municipal. Estou me referindo e quero que o seu Governo do Estado seja julgado também pela média. Todos nós, como homens e muito mais como entidades e especialmente no caso público, somos julgados pela média; porque nós temos erros, acertos e desacertos. O que temos que admitir é que os últimos Governos do Paraná foram bons. Deram, dentro de sua capacidade, de sua competência administrativa, bons resultados ao Paraná. Talvez alguns erros do Governo Federal, que reconheço e admito, junto-me a Vossa Excelência para dizer que a minha análise é imparcial. Admito inúmeros erros, mas temos que reconhecer, que no caso do Paraná, caso específico do Governo do Paraná, nós temos tido uma linha de Governos Estaduais, que legou ao Sr. José Richa, ao nosso Governador do Paraná, um Estado em condições de administrar. Um Estado com um orçamento viável, com uma safra agora maravilhosa, que vai dar sem dúvida alguma, superaviti em termos de arrecadação de ICM, e nós todos almejamos que isso realmente aconteça. O que nós não podemos, Srs. Deputados, é escutar calados, aí Vossa Excelência não entende a minha posição, como homem do PDS de oposição no Paraná, numa posição de paranaense; o que não podemos ouvir é Vossas Excelências estarem atacando Governos passados de forma indiscriminada. Inclusive, Sr. Deputado, envolvendo o próprio companheiro de Vossas Excelências, o ex-Governador Jayme Canet Júnior. O Governador Jayme Canet Júnior foi um bom Governador, ou Vossa Excelência acha que não foi?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Depende do ângulo que for observado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Como Governador? Como administrador do Paraná?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Ele foi um bom Governador.

O Sr. Gabriel Sampaio — Então Vossa Excelência não pode generalizar. Vamos esquecer Ney Braga, Emílio Gomes, Paulo Pimentel, esquecer todos. Vamos nos cingir ao seu Governador, ao seu companheiro de hoje, Jayme Canet Júnior, que foi um bom Governador. Também acho que foi. Não é meu companheiro político, mas tenho que ter, Sr. Deputado, a imparcialidade para admitir que o Sr. Jayme Canet Júnior foi um ótimo Governador para o Paraná. Teve os seus erros, teve os seus desacertos. Mas, espero que Vossa Excelência seja justo nas análises que faz da tribuna, dizendo os acertos que houve nos Governos passados; espero também que o seu Governador remeta a esta Casa, como parece estar programado para este mês próximo, o Plano de Governo; que parece ainda não começou a ser implantado no Paraná, após 5 meses da vitória eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Deputado, mais uma vez.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Só para terminar, agradecendo mais uma vez o aparte do nobre colega, a própria bancada do PMDB também está cobrando do novo Governo, estes programas, que não só a bancada do PDS reclama, mas todo o povo do Paraná também reclama.

O Sr. Sabino Campos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre colega, queria parabenizar o companheiro Fonseca, pelo que expôs, pelos fatos que já trouxe a esta Assembléia e queria também dizer que em Toledo hoje, estão apresentando auditoria do levantamento das condições do Município de Toledo, ao seu novo Prefeito, e deverá ser apresentada hoje também à Câmara Municipal, onde aparecem dívidas superiores a 2 bilhões e 500 milhões, quando o orçamento do Município de Toledo é de 2 bilhões e 600 milhões. Já também está caminhando naquela Casa, na Câmara Municipal de Toledo, CPIs, que estão levantando os fatos, e no momento em que isto acontece, os culpados são punidos. E nós, só levantaremos nessa Assembléia fatos concretos para que aqui se diga a verdade.

O SR. JOSÉ FONSECA — Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças partidárias, consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — O Deputado Dirceu Manfrinato falará em nome da Liderança do PMDB, Sr. Presidente, por 10 minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Quando nos propusemos a concorrer a uma cadeira desta Casa, estávamos cientes do compromisso que iríamos assumir perante o nosso povo e o nosso Estado, e aqui chegamos para defender e trabalhar para o nosso povo. Mesmo através de nossa maneira simples e humilde, jamais nos afastamos desta tribuna, ou deixamos de reivindicar e corresponder à confiança em nós depositada.

Sr. Presidente, na Seção do dia 19 próximo passado, fomos vítimas de violentas críticas atribuídas por um parlamentar do PDS, alegando que não conhecíamos a Constituição.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez não tenhamos conhecimento, porque a Constituição de nosso País foi violentada por muitas e muitas vezes, por homens do PDS.

Falaram que nada entendendo do Português, mas Sr. Presidente, conheço uma grande figura deste País, que é poliglota, falam várias línguas, inclusive o português, e por vários anos, com seu português tão correto, 100 milhões de brasileiros ainda

não conseguiram entender nada.

Esta figura é o Sr. Ministro do Planejamento, Delfin Neto.

Sr. Presidente, também fomos acusados de covarde, por não ter citado o nome do Deputado, mas uma solicitação do Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, referia-se à questão de que não falássemos direto o nome do deputado e que, por uma questão de educação e respeito, atendemos. Assim, não admito que me julguem covarde, porque não o sou. Sou apenas um homem que tem princípios e respeito pela formação que obteve.

Jamais correrei de pressões e quero deixar bem claro, que tenho muitos assuntos mais importantes a tratar pelo meu povo e meu Estado, e não posso perder tempo com Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel."

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado, não sei se Vossa Excelência está se referindo a este modesto Deputado que representa a Bancada do PDS. Talvez, quicá e talvez não.

Queria dizer a Vossa Excelência que eu disse em discurso que Vossa Excelência queria tolher o livre pensamento. Talvez seja isto, que Vossa Excelência estivesse ausente. Mas, jamais eu procurei melindrar Vossa Excelência, na sua cultura, porque, talvez a minha cultura seja abaixo da sua. Então seria uma anormalidade, eu querer censurá-lo em seu português.

Eu gostaria que Vossa Excelência, em seu discurso, ao comentar este pronunciamento que Vossa Excelência faz tão brilhantemente, dissesse se sou eu o Deputado que o ofendi. Se sou eu, eu peço desculpas.

Porque Vossa Excelência, talvez não errou quando disse que o Governador Jayme Canet foi um grande governador. Agora, na Constituição brasileira, o direito de ir, vir, e falar, todos nós temos.

Então é isso que eu digo a Vossa Excelência, Deputado Manfrinato, pois eu o admiro. Vossa Excelência é dinâmico, um moço trabalhador. Veio a esta Assembléia, como todos nós viemos, para defender a nossa terra e a nossa gente. Então, eu só gostaria, para não ofender, para não melindrar os nossos colegas de bancada, que se for eu o Deputado que ora Vossa Excelência está invocando, que dissesse o meu nome. Eu o respeito, e o admiro, só que o problema é o seguinte: diz um adágio popular que "chumbo trocado não dói".

Então, o problema é: talvez Vossa Excelência, meridianamente tem mais português dentro da regência e concordância e Vossa Excelência talvez possa ter mais sabedoria que este humilde deputado que já veio por 5 vezes a esta Casa.

Nós já tivemos entreveros dentro do respeito. Então não é covarde, nobre Deputado, porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta, já dizia Rui Barbosa.

Então, se for eu o Deputado atacado, diga o meu nome, por gentileza, para que eu não fique numa situação delicada perante a minha, a sua Bancada e perante o povo do Paraná.

Agora, digo-lhe uma coisa: tudo que eu falo não é para ofendê-lo, para ofender a sua moral que é muito elevada, desde o tempo de seu irmão que aqui esteve como nosso adversário, mas como nosso amigo particular. Vossa Excelência nunca foi tachado de covarde por minha pessoa.

Só dissemos - permita-me complementar para não fazer um discurso paralelo - que Vossa Excelência está querendo tolher o pensamento. Por enquanto, a nossa democracia, apesar da nossa legislatura, apesar de tudo que foi castrado no Brasil e no Paraná, ainda temos esta expressão de livre pensamento que podemos dialogar um com o outro dentro da esfera do "modus vivendi".

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, mas, se Vossa Excelência exige que eu diga a este Plenário, aos Srs. Deputados, eu confir-

mo que foi Vossa Excelência, inclusive está nos Anais da Casa o seu pronunciamento do dia 19, chamando-me de covarde, e inclusive, ignorante, Deputado. Se Vossa Excelência se excedeu e não se lembra, eu não tenho culpa disso.

Respeito Vossa Excelência quando está na tribuna, e peço a Vossa Excelência que me respeite quando estou com a palavra.

Quero dizer a Vossa Excelência que, quando vim aqui para ser um Deputado, representar o Estado e o meu povo, eu vim, nobre Deputado, imbuído das melhores intenções possíveis, e quero respeitar a todos os Srs. Deputados, não só da Bancada do PDS, como também da Bancada do meu Partido, pela qual tenho muito respeito.

Então, quero que Vossa Excelência tenha conhecimento, Deputado, que eu não vim aqui para agredir e ferir nenhum Parlamentar com palavras até em altos brados, dirigidas a mim por Vossa Excelência. Então, quero que Vossa Excelência tenha conhecimento, Deputado, que mesmo não sendo possuidor de um nível de cultura elevado, posso lhe adiantar e aos Srs. Deputados que jamais me envergonharia do meu passado, porque venho de uma luta de homem de trabalho, conhecedor profundo das dificuldades dos trabalhadores paranaenses, porque saí do meio deles e aqui estou para representá-los. Isto me orgulha muito, Sr. Deputado, estar aqui representando a região norteparanaense, que é o celeiro do café neste Estado, e que está hoje abandonada e esquecida, como todos os cafeicultores brasileiros que estão hoje menosprezados por uma política econômica cafeeira deste País.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Obrigado, Sr. Deputado. Eu queria que Vossa Excelência, por gentileza, solicitasse as Notas Taquigráficas do dia 19, para ver como Vossa Excelência, talvez no afoitismo de censurar um colega seu, esteja, não digo, faltando com a verdade, mas, com o seu pensamento derivado para a vindita pessoal que não pode haver nesta Casa, Sr. Deputado. O que nós fazemos é apenas nos defender, apenas esclarecer a verdade e com o respeito devido aos companheiros desta Casa, com todo o respeito ao Paraná e à sua gente, eis que, se Vossa Excelência para aqui veio, foi através da grande parcela de companheiros paranaenses que o mandaram para cá.

Então, se Vossa Excelência pudesse me fazer a gentileza, para que eu não passe por um homem que julga mal os colegas, eu pediria que lesse as notas taquigráficas em seu Gabinete, do meu pronunciamento do dia 19, porque dizia eu: somos covardes quando nos damos por vencidos ao começar a luta. Repito, se eu disse algo que o ofendeu, peço desculpas. Estaremos aqui nesta trincheira para debatermos as causas paranistas, com diploma ou sem diploma, com tirocínio político ou sem tirocínio político, eis que, como Vossa Excelência, nós também fomos mandados para cá.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o horário que lhe foi concedido encontra-se esgotado.

O SR. LÍDER DO PMDB — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB concede mais 5 minutos ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, por mais 5 minutos, o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço à Liderança, por me conceder mais 5 minutos.

Gostaria de dizer, nobre Deputado, que, todas as vezes que venho com o pensamento de ocupar esta tribuna do Poder Legislativo, venho, com toda firmeza e com toda certeza de que,

quando aqui eu venho afirmar algo, tenho a certeza do que estou falando, não venho aqui, nobre Deputado, para dizer inverdades e injustiças. Se estou dizendo a Vossa Excelência que está no seu pronunciamento do dia 19, realmente, estou dizendo a verdade. Agora, se Vossa Excelência se excedeu, reconhecemos e espero que Vossa Excelência, numa próxima oportunidade, não torne a reprisar esse fato tão lamentável dentro deste Poder Legislativo paranaense.

Desejo dizer ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos aqui, como reafirmei, com as melhores intenções; quando Vossa Excelência, já com cinco mandatos, a sua preocupação é lutar pela sua região e pelo seu povo. Não pelo fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de estarmos no primeiro mandato, que não estaríamos aqui com as melhores intenções, porque gostaria de reafirmar a este Poder Legislativo que nós demandamos já com um mandato de seis anos de Vereador no Município de Cianorte e também éramos suplente a Deputado Estadual em 1978.

É isto que fazemos nesta tarde, esta colocação, para que haja um certo respaldo, de quando um Deputado que vem propor a este Plenário coisas de suma importância ao meu Estado, quero ter a certeza e a firmeza de que aqui estarei cumprindo com dignidade o mandato que a mim foi outorgado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja usar do horário restante.

O SR. LÍDER DO PMDB — Os próximos dez minutos serão concedidos ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho de uma reunião, há pouco, na Federação da Agricultura do Estado do Paraná, onde, com outros segmentos da comunidade agrícola paranaense, se discutiu a atual situação porque se encontra a agricultura nacional e, especificamente, a agricultura paranaense.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná não está recebendo, por parte do Governo Federal, a atenção que lhe é devida em função de suas características de produtor agrícola e de suas características como um grande produtor na agropecuária paranaense.

As Cooperativas estão se ressentindo de recursos federais, do empréstimo do Governo Federal, para comercializar a sua produção; o setor agrícola, hoje estampa a "Folha de São Paulo", deverá ter, para a próxima safra de verão, aumento nos seus juros, e ficou designada uma Comissão para, no dia 05 de maio, aqui em Curitiba, em que virá o Dr. Mailson Ferreira da Nóbrega, Secretário Geral do Ministério da Fazenda, para discutir com o Paraná a reformulação da atual política agropecuária nacional.

Reveste-se de importância a medida que temos problemas dos mais sérios, a médio e longo prazo, mas temos problemas a curto prazo, e embora tenhamos divergências de pensamento com a Bancada do PDS, entendemos que temos no entanto um aspecto de ação que interessa ao Paraná e a todos os paranaenses e voltaria aqui da tribuna, a fazer um apelo, para que na reunião marcada para amanhã, às 9:00 horas no plenário desta Assembléia, reunião que foi solicitada às Lideranças do PMDB e do PDS, os Srs. Deputados, os nobres Deputados comparecessem amanhã, às 9:00 horas, para então termos acesso às informações da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, sobre os reflexos que está tendo a falta de recursos financeiros a este Estado.

Aproveitando inclusive a presença hoje do Deputado Federal Hélio Duque, estendemos o convite ao nobre Deputado, para que, amanhã, junto conosco esteja nesta reunião, porque

temos o interesse maior que é o Estado do Paraná e a informação de que o Rio Grande do Sul, que os recursos do Banco do Brasil foram recolocados ao Rio Grande do Sul por pressão das bancadas é verdadeira, e o dinheiro do Paraná foi deslocado aos gaúchos, porque eles se uniram no momento de maior necessidade.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado, como é bom ser bom. Vossa Excelência está enfocando uma tese paranista, e acho que nossa bancada está solidária com o seu pensamento.

Veja bem, quando Vossa Excelência luta pelo Paraná e pela sua gente, como isto é bonito, como gratifica e dignifica o povo, que não pensa em outra coisa a não ser no seu Estado.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, com esta luta aguerrida pelo Paraná, por sua gente e pelos menos favorecidos da sorte, que são os agricultores.

Quero me parabenizar neste instante com Vossa Excelência e nossos companheiros, que o Paraná é um todo. Olha, Deputado, digo: "como é bom ser bom".

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte e continuando a linha de raciocínio.

Informações que temos, de que recursos alocados ao Paraná estariam sendo levados ao Rio Grande do Sul, porque lá os gaúchos se uniram de mãos dadas, foram ao Governo Federal e exigiram que os recursos do Rio Grande do Sul fossem garantidos, e nós do Paraná não podemos nos curvar a esta falta de recursos. Nós, os paranaenses, não podemos ficar observando uma política agrícola que não está dando retorno a este Estado, a este Estado que está produzindo grãos, a este Estado que está produzindo da terra a produção agropecuária e não está tendo o retorno devido dentro dessa política agrícola.

Diante disto, Srs. Deputados, conversando agora, há pouco, com membros da sociedade civil que compõem o quadro da agropecuária, observei nesses companheiros uma fé muito grande no Parlamento do Paraná.

Faço um apelo muito veemente aos Deputados para que compareçam amanhã nesta reunião, às 9:00 horas da manhã, no plenário, para que possamos, todos juntos, discutir os interesses do Paraná, porque a sociedade que virá amanhã, a sociedade agropecuária, terá fé neste Parlamento, como terá fé na Bancada Federal que deverá ser acionada pelo Líder da nossa Bancada, como pelo Líder do PDS, para que possam ir até o Governo Federal e exigir direta e objetivamente os interesses do nosso Estado, que são os interesses maiores, e que devem prevalecer.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrado o Horário do PMDB. A Mesa consulta à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para esclarecer a Mesa, Sr. Presidente, o Sr. Deputado Augusto Carneiro falará por dez minutos e, posteriormente, por dez minutos, o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Augusto Carneiro, por dez minutos.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna desta Casa para denunciar fatos que comprometem a imagem do Estado na área da Secretaria da Justiça, particularmente da Procuradoria Geral do Estado, e que desmentem, a exemplo de outros, as promessas da campanha

eleitoral que habilitaram ao PMDB conquistar o Poder Estadual.

Venho, ao mesmo tempo, lavrar um protesto e formular um apelo. Mas, antes, importa que justifique este meu comportamento para explicar meu espanto diante de tantas incoerências e contradições. Faça-o com uma retrospectiva histórica dos acontecimentos, e faço mantendo coerência com o que desta tribuna disse a esta Casa, traçando diretrizes de comportamento oposicionista quando fazer críticas a um fato, criticando com justiça, e justiça se faz com fatos concretos como o que vou narrar agora:

Durante o governo de Jayme Canet Júnior iniciou-se um movimento na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de recusa formal à designação, pelos Juízes de Direito, de advogados para prestação de assistência judiciária gratuita.

Alegavam os advogados, e com razão, de que era dever constitucional do Estado a defesa dativa e que cabia ao Governo prover os meios capazes de assegurar proteção dos direitos das pessoas financeiramente incapazes de recorrer à Justiça.

Sensível às reivindicações da Ordem dos Advogados, o então Secretário da Justiça, Túlio Vargas, criou, nesta Capital, a Procuradoria de Assistência Judiciária; ampliou, no interior, os mecanismos do Programa THEMIS, e celebrou convênios com as Universidades de Londrina e Maringá com vistas à expansão desses instrumentos assistenciais.

Posteriormente, com esses mesmos objetivos, o Secretário da Justiça, Octávio Cesário Pereira Júnior, implantou dez (10) Sub-Procuradorias nas principais Comarcas do Interior (Londrina, Campo Mourão, Umuarama, Cornélio Procopio, Cascavel, Maringá, Francisco Beltrão, Guarapuava, Pato Branco e Paranaguá). Recentemente o Secretário Túlio Vargas pela segunda vez instalou mais três (Apucarana, Paranaíba e Prudentópolis), totalizando treze (13) em todo o Estado, com o intuito de servir aqueles que pretendem serviços forenses de nosso Estado.

Para que foram criadas e instaladas essas Sub-Procuradorias?

Justamente para atender ao público carente na área da assistência judiciária. Somente em 1982, as Sub-Procuradorias regionais atenderam e acompanharam cerca de 13.000 processos. Em Curitiba, os atendimentos superaram a casa dos 100 mil.

Porém, não se limitaram a essas atividades as Sub-Procuradorias. Na cobrança de Executivos Fiscais propiciaram aos cofres fazendários uma receita de Cr\$ 551,8 milhões naquele ano, dobrada no último exercício financeiro.

A interiorização desses serviços trouxe inegáveis resultados benéficos para a comunidade e também para o Estado, justificando-se a sua criação e funcionamento. Advogados competentes e sérios realizaram, com êxito, uma tarefa quase sacerdotal, pois as limitações de recursos orçamentários não permitiram dotar as instalações físicas dessas Sub-Procuradorias de toda a infraestrutura necessária.

De qualquer forma, o Governo de Ney Braga e do seu antecessor, ofereceram respostas às preocupações da Ordem dos Advogados do Brasil, assumindo o patrocínio das causas da população carenciada.

Feita essa introdução, Srs. Deputados, estarece-me agora tomar conhecimento de que a Procuradoria Geral do Estado decidiu desativar essas Sub-Procuradorias Regionais. E o fez de uma maneira deselegante, antiética e deseducada, sem a menor consideração pelos advogados, que durante os últimos anos, prestaram esses assinalados serviços e sem respeito algum pela imensa clientela que depende desses coitados. O que é pior, porque a clientela, os mesmos necessitados que careciam e carecem da advocacia dativa, estes é que foram desrespeitados, ficando sem atendimento.

Convocados a Curitiba, os Sub-Procuradores foram cientificados dessa medida por um funcionário do terceiro escalão e convidados a rescindir os contratos com o Estado.

Daí o protesto, Srs. Deputados, pela maneira primária e desprezível com que servidores de nível universitário são tratados, sem direito a nenhuma explicação, a nenhum gesto de cortesia, pelo menos, após tantos anos de dedicação pela causa pública.

E, concomitantemente, o meu apelo. Um veemente apelo ao Governador, que durante a campanha eleitoral, excedeu-se em afirmações temerárias, principalmente na questão da assistência aos desvalidos, aos desprotegidos da fortuna, que agora se vêem sob risco de interrupção de suas postulações em Juízo e seus direitos postergados.

O apelo é no sentido de impedir a desativação desses órgãos, mas, pelo contrário, dar-lhes mais apoio financeiro e logístico, pois foram criados para servir aos que mais necessitam do amparo e ajuda do Governo.

É possível até que a Secretaria da Justiça não pretenda chegar a tais extremos, por absurdo, e que a informação transmitida aos advogados constituiu mero pretexto para despedí-los. Ainda assim não nos surpreenderemos, pois o Governo de José Richa está se notabilizando pelo medo de dizer a verdade, de camuflá-la e desvirtuá-la.

De qualquer forma, aqui ficam registrados o meu protesto e o meu apelo, para que não se diga amanhã que fomos omissos diante de um fato tão grave”.

Se a intenção do Governo era, arrumando este pretexto, demitir a todos os Sub-Procuradores que vinham envidando esforços e dando seu trabalho para atender a Justiça Dativa e para atender os fatos e os casos de interesse do Estado...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — ... poderia ter tido um outro pretexto. Mas espero de que não seja a reativação total.

Por isto, além do meu protesto, apresento à Mesa um requerimento endereçado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, que tem como súmula. (Lê):

“REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando que o mesmo determine providências no sentido de reativar as Sub-Procuradorias instaladas no interior do Estado, recentemente desativadas.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, para que o mesmo determine aos órgãos competentes que reestudem a atitude da Procuradoria Geral do Estado em desativar as Sub-Procuradorias instaladas no interior do Estado, deixando-as em funcionamento, face aos grandes benefícios que as mesmas vêm trazendo à população interiorana.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1983.

JUSTIFICATIVA:

Durante o Governo de Jayme Canet Júnior, iniciou-se um movimento na Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, de recurso formal à designação, pelos Juízes de Direito, de advogados para a prestação de assistência judiciária gratuita.

Alegavam os advogados, e com razão, que era dever constitucional do Estado a defesa dativa e que cabia ao Governo prover os meios capazes de assegurar proteção aos direitos das pessoas financeiramente incapazes de recorrer à justiça.

Sensíveis às reivindicações da Ordem dos Advogados, os Governos anteriores criaram e instalaram 13 Sub-Procuradorias no interior do Estado, que além de atender as ações de interesse deste, eram justamente para atender ao público carente de assistência judiciária. Somente no primeiro ano, as Sub-Procuradorias regionais atenderam e acompanharam cerca de 13 mil processos, sendo que em Curitiba os atendimentos superaram a

casa dos 100 mil.

Porém, essas Sub-Procuradorias regionais não se limitaram somente a essas atividades. Na cobrança de Executivos Fiscais, propiciaram aos cofres públicos, cerca de 551,8 milhões de cruzeiros.

A interiorização desses serviços trouxe inegáveis resultados benéficos para a comunidade e também para o Estado justificando-se a sua criação e funcionamento”.

Este requerimento é para apreciação desta Casa, e espero que os Srs. Deputados compreendam a gravidade deste problema e possa dele participar, ajudando na sua aprovação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Serei breve.

Primeiro, Vossa Excelência não está com a razão, quando diz o Governador José Richa procura escamotear a verdade.

A verdade, nobre Deputado, é que a Casa tem um projeto...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa comunica ao Sr. Deputado que ocupa a tribuna, que está encerrado o seu seu horário e consulta a Liderança do PDS se prorroga o horário ou fala outro Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A Liderança já solicitou a Vossa Excelência que o Deputado Odeni Mongruei possa usar por dez minutos o Horário da Liderança.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, no horário reservado à Liderança do PDS, concede a palavra, por dez minutos, ao Sr. Deputado Odeni Mongruei.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Volto à tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa e das áreas competentes do Governo do Estado, a preocupação existente em um importante setor da economia e da produção de alimentos no Paraná.

Refiro-me às preocupações vividas por produtores e industriais da avicultura paranaense e da região Sul, em virtude da intenção do CONFAZ, de implantação de um projeto de taxaço, através de Imposto de Circulação de Mercadorias, sobre a carne de frangos e aves de corte, em geral.

Esta significativa frente de proteínas representada pela produção de aves e ovos, de preços de mercado no que tem de mais inferior, às faixas mais carentes da população, encontra-se diante de uma séria dificuldade, pois a adoção dessa medida, ou seja, da tributação, além do aspecto econômico, traria prejuízos consideráveis também no aspecto social, agravando ainda mais o processo de abastecimento no Estado, na região maior e no País.

O apelo dos empresários do setor, devem encontrar apoio de parte do Governo do Estado, enquanto é possível manter-se a regularidade das atividades de produção e de industrialização no setor. Há que se defender a posição historicamente adotada pelo Governo do Estado do Paraná junto ao CONFAZ, colegiado que integra todos os Secretários da Fazenda do País. Posição esta contrária à tese de tributar através do ICM, a carne de frango e aves em geral, face à disposição daquele Conselho que resolveu, mais uma vez, postergar até 30 de junho próximo vindouro, a implantação do tributo nos moldes propostos, especialmente na região Sul do País.

Compreendendo os efeitos graves que essa medida, a tributação e suas conseqüências negativas ocasionariam ao parque avícola paranaense, desde a primeira reunião até a última, o Governo do Estado do Paraná sempre votou contra a aprovação do referido instrumento tributário.

Essa posição adotada, muito contribuiu para estimular e

desenvolver a avicultura estadual, favorecendo o equilíbrio dessa atividade e proporcionando tranquilidade a produtores e consumidores em todo o Estado.

A avicultura é uma atividade com características próprias, merecendo uma análise diferenciada, por não apresentar semelhança com a produção intensiva de outras carnes. Pelo diagnóstico dessa atividade, em especial pela própria tecnologia empregada na produção avícola, fácil perceber que não tem condições de absorver qualquer carga tributária, mesmo porque, se todos os insumos fossem tributados, a produção estaria praticamente isenta.

A locação desse instrumento tributário sobre a avicultura paranaense, no momento atual, pode trazer sérias dificuldades tanto no setor de produção como no de abate, levando ao risco da inviabilidade econômica de atividade por parte de empresas do ramo, o que contribuiria, ainda mais, para o agravamento da situação social e de desemprego no Estado.

Somente na região de Ponta Grossa, para que se tenha uma dimensão do problema, duas indústrias de abates comportam presentemente, uma delas cerca de 200 operários e a outra, aproximadamente 500 operários.

Refiro-me à Indústria e Comércio de Aves Princesa Ltda. e à Cooperativa Batavo, que possibilitam ainda trabalho para cerca de 100 granjeiros, a primeira e a segunda, aproximadamente, 250 granjeiros que fornecem as aves para abates.

A Indústria e Comércio de Aves Princesa Ltda., vem produzindo cerca de 700 toneladas/mês, sendo que, 50 por cento da produção, destina-se ao mercado exportador, o que vem possibilitando a viabilidade econômica do empreendimento.

Já a Cooperativa Batavo, produz entre 1.500 a 2.000 toneladas/mês, com parte dessa produção também destinada ao mercado exterior, o que vem ao encontro do interesse de crescimento das divisas do País.

Cumpra-se, portanto, neste momento, a preservação de empreendimentos como esses, que integram atividades avícolas, quando as dificuldades econômicas tendem a se acentuar, atingindo consideravelmente o setor. O alto custo do processo de produção que exige insumos importados, uma tecnologia que impõe dedicação integral à sua atividade econômica satisfatória e rentável e os elevados investimentos aumentam os riscos conforme manifestações dos empresários do setor.

A comercialização, por sua vez, segundo a Associação Paranaense de Avicultores, sofre os mesmos efeitos dos demais produtos hortigranjeiros, pois, sendo uma atividade intensiva de curto prazo, não permite em qualquer período, mesmo naqueles em que o mercado lhes seja desfavorável, reter as aves nos galpões, sob pena de os produtores sofrerem irreversíveis prejuízos.

Quanto ao processo de industrialização, além de elevados investimentos, vem no momento sentindo as conseqüências do aumento de custo resultante, principalmente, dos preços de financiamentos de diferentes fontes e naturezas e das obrigações sociais e tributáveis. A avicultura paranaense necessita também de melhores atenções do Governo no que se refere ao comércio exterior, pois a viabilidade do processo industrial no setor, vem se mantendo ainda, graças a essa taxa de mercado que hoje defende, substancialmente do Estado de São Paulo, inclusive quanto à conquista de novas oportunidades de exportação.

O Paraná, para que se tenha uma idéia, produz anualmente, cerca de 120 milhões de cabeças de frangos de corte e possui um plantel de produção de ovos comerciais de consumo na ordem de 10 milhões de aves de produção.

Cumpra, portanto, ao Governo do Estado, demonstrar-se sensível às reivindicações do setor, colaborando para o equilíbrio das atividades da avicultura paranaense, contribuindo não só para a preservação do atual quadro do plantel referido, mas possibilitando até a sua própria expansão.

Os estudos desenvolvidos pela Associação Paranaense de Avicultores, demonstram numa análise econômica do setor que a avicultura deve continuar com seus produtos isentados de ICM.

Qualquer mecanismo que se estabeleça ou for criado para compensar a isenção dos insumos, através da fixação percentual de um crédito presumido sobre o preço das aves, o imposto a recolher, alega aquela entidade de classe, não virá a incidir sobre a operação de compra e venda, mas sim, sobre os bens imóveis do produtor, tornando o tributo, por isso, uma espécie de confisco de bens.

A implantação do ICM, taxando a avicultura somente na Região Sul, lesa os interesses do produtor e do consumidor paranaenses, e deve, portanto, ser evitada.

A divisão do Brasil em duas aviculturas: o Sul tributado e todo o restante do País isento do tributo, é medida injusta que não devemos concordar.

O sistema proposto pelo CONFAZ e que prevê tratamentos diferenciados, virá inclusive prejudicar os produtores do Sul, pois certamente entrará em toda a referida região que querem tributar produto sem tributo do ICM, produzidos naquelas regiões de origem, com franca desvantagem de competição, inclusive quanto ao mercado exportador, fonte de divisas que tanto o País necessita e que não deve, agora, ser negligenciado.

Finalmente, vale aduzir que 60 por cento da população brasileira não tem poder aquisitivo para adquirir e consumir carnes mais nobres, especialmente a carne bovina. Assim, a carne de aves, como rica fonte de proteínas, configura-se como carne popular mais barata e acessível, ao alcance do consumidor e expressivas faixas da população menos favorecidas economicamente, cabendo, pois, ao Governo, preservar tais condições.

Devo ainda aduzir que estaremos encaminhando à Mesa um requerimento endereçado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, pedindo providências no que se refere a essa pretensão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa consulta a Liderança do PDS, se fará uso dos restantes oito minutos. Com a palavra Sua Excelência o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um assunto de muita gravidade foi levantado na edição de ontem do jornal "O Estado do Paraná".

É a respeito da incompatibilidade de Sua Excelência o Vice-Governador do Estado do Paraná, João Elísio Ferraz de Campos, acumular as funções de Presidente do BADEP com as de Vice-Governador do Estado.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a designação do Sr. João Elísio Ferraz de Campos não foge aos atos costumeiros praticados pelos eventuais ocupantes do Palácio Iguaçu.

Primeiro, viu-se um decreto de Sua Excelência o Governador José Richa, transferindo para a Governadoria do Estado a vinculação do BADEP, anteriormente vinculado à Secretaria de Finanças. Depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num desconhecimento das normas do Direito Comercial, viu-se um decreto do Sr. Governador do Estado nomeando João Elísio Ferraz de Campos, para as funções de Presidente do BADEP.

Não é de se estranhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o comportamento do Palácio Iguaçu, porque estamos diariamente verificando a retificação de decretos nas páginas do Diário Oficial, mas o que é de se estranhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governador e sua equipe, desconheçam que o BADEP é uma Sociedade Anônima e, portanto, o meio hábil para que João Elísio Ferraz de Campos se torne

Presidente do BADEP, é, através de uma assembléia dos acionistas do BADEP, e não através de um decreto do Governador do Estado.

Começa aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a falta de atenção, o erro, a descúria do Governo do Estado, com relação ao BADEP. Após isto, temos tido informações de que teria se realizado a assembléia dos acionistas do BADEP e os seus atuais Diretores estão praticando os atos necessários à continuidade administrativa daquele Banco.

Entretanto, parece que Sua Excelência o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, titular de fato da Presidência do BADEP, ainda não assinou sequer um ato como Presidente do BADEP.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se esclareça a opinião pública e ao Paraná, porque o BADEP é o principal órgão de fomento ao nosso desenvolvimento industrial, e não pode ficar nessa incerteza a respeito do seu Presidente; aliás, o primeiro dos convidados, o ex-Senador da República, João de Mattos Leão, declinou do convite de Sua Excelência o Governador José Richa; posteriormente, os jornais noticiaram que o ex-Ministro Karlos Rischbieter havia sido convidado; e, em terceiro lugar, como estepe, foi designado o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, que o Paraná ainda não conseguiu saber se Sua Excelência efetivamente assumiu, ou não, as suas funções de Presidente do BADEP. Esta, a primeira indagação que se faz, e a segunda indagação que se faz . . .

(Após insistentes e simultâneos pedidos de apartes de Srs. Deputados da Bancada do PMDB):

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que assegure a palavra a este Deputado, e no momento oportuno, concederei apartes aos eminentes Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa que está com a palavra o Sr. Líder do PDS, que dará os apartes desde que assim entenda.

Esta Presidência solicita à indócil bancada do PMDB, que atenda o aparte, se assim for dado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Esta, é a primeira informação que se faz: João Elísio assumiu, ou não, a Presidência do BADEP? E, se assumiu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PDS com assento nesta Casa, irá estudar o meio hábil para declarar vago o cargo de Vice-Governador; se, através de projeto de resolução que esta Assembléia irá votar e por lei estadual declarar que Sua Excelência o Vice-Governador do Estado não pode acumular ao mesmo tempo, dois cargos, e em consequência disso, no momento em que assumir, se assumiu a Presidência do BADEP, Sua Excelência com o ato que praticou, ele que é advogado, ele que deve ter assessoria jurídica pessoal e oficial, Sua Excelência ao mesmo tempo em que assumiu a Presidência do BADEP, está renunciando ao mandato que o povo paranaense lhe outorgou nas urnas do dia 15 de novembro de 1982.

Esta é a posição portanto, da Bancada do PDS. Queremos cobrar do Governador José Richa, ele que diga ao Paraná: João Elísio é ou não é o Presidente do BADEP, e se ele for Presidente do BADEP, Sua Excelência haverá de encontrar a Bancada do PDS para o cumprimento da Lei e da Constituição, porque todos nós parlamentares, temos obrigação de conhecer o dispositivo da Constituição Federal, no que é repetido na Constituição Estadual, a respeito da impossibilidade do servidor público, seja deputado, seja desembargador, seja governador do Estado ou seja servidor "lato sensu", de não poder exercer cumulativamente os dois cargos.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Esta Presidência recebe com muita honra, a visita do ex-Deputado Estadual Lázaro Servo, bem como o Sr. Prefeito Municipal de Rio Negro, Dr. Alceu Swarowski e do Sr. Deputado Federal Aragão de Mattos Leão.

A Presidência convoca os Srs. Deputados para a reunião de amanhã, às 9:00 horas, no plenarinho, com as entidades: Secretaria da Agricultura, FAEP, FETAEP, Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e APAZEM.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando sejam tomadas pela Comissão Executiva desta Casa, medidas urgentes no sentido de que seja regulamentado, através de decreto, a saída de veículos deste Poder para fora de Curitiba, respeitadas as missões de caráter oficial. **A Comissão Executiva, para estudo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Athos Aramis Budá, ocorrido em Paranaíba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Pedro Boaretto Neto e Dona Dulce Pisani Boaretto, ocorrido na cidade de Cascavel. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarez e Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do próximo dia 27, em razão da realização do I Fórum de Debates. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a construção e instalação de um Centro de Saúde, e juntamente a nomeação de um médico. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido da liberação do PROSAFRA aos Municípios de Fênix, Juranda, Boa Esperança, Barbosa Ferraz, Araruna, Engenheiro Beltrão e Campina da Lagoa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências visando a construção e instalação de uma Delegacia de Polícia no Município de Santa Terezinha de Itaipu. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Clube da Garagem do Luizinho, que é uma agremiação que congrega um grupo de 15 homens, prestando assistência social e filantrópica e amparando assim os mais carentes de nossa cidade. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas urgentes visando o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Tuneiras do Oeste a Moreira Salles. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência anuncia a presença, em plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, Sr. Olgierde Malanowski.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Superintendente do INPS, encarecendo providências no sentido de se fazer instalar no Município de Campina da Lagoa, uma agência do referido Instituto. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam enviados esforços no sentido de providenciar o balizamento noturno do Aeroporto de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação do PROSAFRA para os Municípios de Goioerê e Campo Mourão. - Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL - Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido da liberação do PROSAFRA para o Município de Iretama. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação do PROSAFRA ao Município de Janiópolis. - Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, causa espécie, estranheza, um Deputado da Situação pedir PROSAFRA, a não ser para que esta Assembléia seja um veículo de propaganda. Que PROSAFRA, nos bons tempos, nos tempos em que mandava quem podia e obedecia quem precisava, os deputados não tinham necessidade de encaminhar um pedido desta natureza.

É louvável a atitude do Deputado Situacionista, mas também nos deixa numa situação meio confusa.

Nós, que fomos Situação durante os períodos até esta legislatura que assumiu as rédeas do Governo Estadual José Richa, não é necessário, não é preciso; é óbvio ululante que se dirija diretamente à Secretaria dos Transportes, para que esta burocracia de nossa Casa não seja acumulada de papéis. Isto é duvidar do óbvio, é brincar com os Deputados.

É o que faz o Deputado Rubens Bueno, que se dirige ao Secretário, o Diretor do DER, que manipula as verbas destinadas ao PROSAFRA. É incoerência de um Deputado da Situação.

Seria incoerência de um Deputado da Situação pedir, por intermédio desta Casa, para o seu subordinado Secretário, subordinado ao Governo José Richa, possa liberar PROSAFRA aos Prefeitos de Vossa Excelência. Seria viável e ainda não seria amoral que pedíssemos PROSAFRA.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhando esta votação isto nos causa espécie. Isto nos dá um enfoque diferente que talvez o Deputado que subscreveu esses requerimentos não esteja engrenado com a própria administração, com a administração da esperança do Paraná.

PROSAFRA é um mecanismo natural, é óbvio, para as Prefeituras, dinheiro aplicado em benefício das pequenas comunas. Em benefício das comunas que trazem a malha rodoviária, as estradas vicinais. O PROSAFRA é dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo. O Deputado Rubens Bueno tem razão em pedir, caso ele não tenha acesso ao DER e à Secretaria de Transportes, tão bem representada pelo ex-Deputado Deni Schwartz, ex-companheiro nosso. Então não é possível ficarmos aqui neste marasmo, de votar requerimentos esdrú-

xulos. Como dizia um provérbio árabe: "manda quem pode e obedece quem precisa". Hoje mandam os Deputados do PMDB, irão fazer prevalecer a autoridade, mandando diretamente para as Secretarias competentes estes requerimentos que nos tomam tempo. Que tomam tempo de Vossa Excelência e da nossa bancada.

Que me perdoe o Deputado Rubens Bueno.

Talvez, na sua vontade férrea de servir a sua terra e sua gente, ele ainda não desencarnou, talvez ele pense que ele está na Oposição. Mas hoje ele está na situação. E como dizia Camões, "cessa tudo o que da antiga musa canta", porque quem manda são Vossas Excelências.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — (Para encaminhar) O Deputado Gabriel Manoel, que há poucos dias declarou aqui neste Plenário que a bancada do PDS é a bancada da inércia, nós do PMDB, com dinamismo, queremos ser uma Bancada da Situação e da Oposição hoje, ao informar ao nobre Deputado que exatamente a Prefeitura onde requeremos o PROSAFRA, o apressamento na liberação desta verba, é exatamente uma Prefeitura do PDS, que não tem nenhum Parlamentar para defendê-la.

Agradeço o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar mais uma vez, Sr. Presidente, se é possível.

O SR. PRESIDENTE — Não é permitido o encaminhamento pela segunda vez.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, artigo 151.

O SR. PRESIDENTE — Não está havendo desobediência nenhuma do artigo 151 do Regimento Interno.

O SR. GABRIEL MANOEL — 97, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, não pretendíamos fazer encaminhamento desta matéria, por julgar, como disse o nobre Deputado Gabriel Manoel, o óbvio.

E causa-nos também estranheza, ao perceber que o Deputado Situacionista hoje, o nobre e ilustre e brilhante Deputado Rubens Bueno, apresenta um requerimento para cada município. E assim, tornando quase que forçoso a todos os Deputados que têm representação no município, a fazer um requerimento ao seu município para que possa ser incluído no plano PROSAFRA.

Requerimentos dessa ordem obviamente não podemos ser contra. Somos favoráveis a todos os requerimentos que peçam qualquer melhoria a qualquer município. Porém, estranhamos a forma com que eles são encaminhados.

E quando o nobre Deputado falou que a bancada do PDS deveria pedir, devemos esclarecer que o Deputado do PDS, por não ter o acesso que o Deputado Situacionista tem nas Secretarias de Estado, torna-se difícil saber quando está se processando o plano PROSAFRA. E aos Deputados que têm acesso permanente, não só naquela Secretaria, mas em qualquer outra, pode acompanhar e saber quando os planos já estão sendo feitos.

E aí para a execução deste plano, então formaliza com o requerimento que sempre chamamos de requerimento político, que é para encaminhar nos municípios de origem e assim cada Deputado mostrar que está verdadeiramente trabalhando.

Agora, esse é um expediente que pode ser usado e até aceitável, para Deputados da Oposição, pois estes, dada a circunstância de não terem este acesso permanente às Secretarias

e nem tampouco audiências com o Governo do Estado, terão que sobreviver politicamente, através do serviço deste plenário.

Porém, aos Deputados Situacionistas, entendemos que a sua sobrevivência política está pela realização e a conquista de obras em benefício dos municípios não necessitando de que seja via esta Casa, em requerimentos, como disse o Deputado Gabriel Manoel, o óbvio.

Portanto, estranhamos e registramos este aspecto, sendo sempre favoráveis a toda e qualquer reivindicação a qualquer município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PDS, como disse o eminente Deputado Augusto Carneiro, sempre se pronunciará neste plenário a favor dos requerimentos, solicitando obras e ação governamental nos diversos municípios do Paraná.

O que não pode, a bancada do PDS aceitar passivamente, a tentativa de dizer ao Paraná que a bancada do PDS é a bancada da inércia.

Ao contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se os requerimentos estão sendo feitos por ilustres Deputados do PMDB, para que a Secretaria dos Transportes aja liberando os recursos tão necessários para a melhoria das estradas vicinais, o adjetivo da inércia cabe ao Governo Peemedebista, porque se tal não fosse verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os planos e os convênios seriam liberados normalmente.

Como não estão sendo, e portanto, o Governo do PMDB é o Governo da inércia, esta Casa precisa solicitar as providências dos órgãos e das Secretarias de Estado.

Não aceitamos portanto, o adjetivo que o Deputado Rubens Bueno, em nome da Grande Muralha Chinesa, faz nesta tarde, e dizemos que o Governo do PMDB é o Governo da inércia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) Sr. Presidente, vale-se uma observação. Quem disse que a bancada do PDS é a bancada da inércia, não foi o Deputado Rubens Bueno, foi o Deputado Gabriel Manoel, em um dos seus pronunciamentos, no que nós concordamos.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Ferrari Júnior está meio alucinado. Porque, na hora em que eu disser isto, Sr. Presidente, renuncio ao meu mandato.

Sr. Presidente, uma frase que o Deputado Anibal Khury disse hoje, da tribuna...

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sr. Deputado, não está sendo desobedecido nenhum artigo do Regimento Interno da Casa.

A sua palavra está cassada, de acordo com o Art. 98 do Regimento Interno desta Casa.

Com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, mas há sempre um Deputado do PDS, que quando ouve a verdade, fica todo faceiro, fica indócil.

Mas, Sr. Presidente, o Deputado Rubens Bueno apresenta inúmeros requerimentos pedindo liberação de verba. E é um direito que tem o Deputado. Ele está fazendo o seu requerimento

dentro daquilo que é previsto no Regimento Interno da Casa. Tanto é verdade que os seus requerimentos foram aceitos pela Mesa.

Mas, o que está acontecendo, Sr. Presidente e nobres Deputados, é que alguns Deputados do PDS passam a patrulhar, Sr. Presidente. Transformam-se em patrulheiros.

Agora pouco patrulhavam o João Elísio Ferraz de Campos, patrulhavam outros Secretários e agora querem patrulhar o Deputado do PMDB, Rubens Bueno. Estão a patrulhar, dizer se ele pode apresentar ou se deve apresentar ou não deve. É incrível, Sr. Presidente, acho que ele está fazendo dentro da lei, dentro do regimento, e votamos favorável o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Continua em votação o requerimento.

O SR. PAULO FURIATTI — (Para encaminhar) Na realidade, parece-me que está a Bancada do PDS sem material para discussão e ficam os Deputados a discutir o requerimento feito, o legítimo requerimento feito pelo Deputado Rubens Bueno.

O Deputado Gabriel Manoel, citando Nelson Rodrigues Camões apropriadamente levantou questões que me parecem de menos importância, tendo em vista que esta Casa tem assuntos de debate ainda relevantes.

E não é o requerimento que tem pela legitimidade que deve merecer, inclusive citações...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) O meu nome foi citado. Ou Vossa Excelência me dá a palavra, pela ordem, porque meu nome foi citado, e tenho direito à defesa. O despotismo, Sr. Presidente, ou tenho direito à defesa ou então me calo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa precisa saber qual o artigo do Regimento que está sendo desobedecido.

O SR. GABRIEL MANOEL — O 97, e nem Vossa Excelência, Presidente da Casa, não sabia.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) E informo a Vossa Excelência que pode se inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nem Vossa Excelência sabia o Regimento Interno e precisou pedir ao seu assessor. O artigo 97 me dá o direito de defesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — E o Artigo 98 me dá o direito de cassar sua palavra, desde que não diga qual o artigo do Regimento que está sendo infringido.

Está com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Já encerrei meu raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento.

O SR. SÉRGIO SPADA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, honestamente, me causa estranheza ver a reação da bancada pedessista, toda vez que um Deputado do PMDB faz um requerimento nesta Casa, e infelizmente, eu não estava presente na semana passada, na quinta-feira, se não me falha a memória, e foi objeto de celeuma tão igual a essa deste Deputado que ocupa este microfone neste momento.

Não estou entendendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e acho que isto é falta de objetividade de bancada pedessista, é o patrulhamento, como falou o Deputado Ferrari Júnior, e não vejo por que, às vezes, requerimentos que na realidade não teriam motivo para gerar tanta polêmica nesta Casa de Leis, que deveria ocupar o tempo discutindo algo que fosse realmente importante e que condissesse com a condição desta Casa, não estão sendo tratados com o devido respeito como deveriam ser tratados.

Agora, causa-me estranheza, Sr. Presidente, o fato de a bancada do PDS querer censurar, boicotar todos os requerimentos que os Deputados do PMDB apresentam nesta Casa, amparados inclusive no Regimento Interno desta Casa.

Era este o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, eu não pretendia encaminhar a votação deste requerimento, mas como foi generalizada a Bancada do PDS, que está preocupada e com falta de material para os debates, gostaria de informar que vamos votar favoravelmente a todos os requerimentos desta ordem, que pedem liberação de recursos, mas estamos sabendo o porquê.

Tivemos oportunidade de verificar na Secretaria dos Transportes, que nos primeiros dias de março foram liberados alguns PROSAFRA de emergência, para atender municípios onde houve enchentes, e que rolaram várias pontes. E que, neste mês de abril, foram encaminhadas propostas daquela Secretaria para liberar o restante do PROSAFRA, que deve sair no próximo mês de maio. E, como faltam poucos dias para terminar o mês de abril, então, talvez, para registrar este pedido, e como eu não o fiz, agora pouco, votando o requerimento, pedindo liberação do PROSAFRA de um município que eu represento, Fênix, não interferi votando, deixando que corresse normalmente, favorável também à aprovação.

Mas, como sai no próximo mês a liberação deste PROSAFRA, talvez para marcar posição, seja este o motivo que está sendo pedida a liberação do PROSAFRA. Por aí demonstra que não é a Bancada do PDS que está sem material.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine providências a fim de reativar as Sub-Procuradorias instaladas no interior do Estado, recentemente desativadas. — Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, com a finalidade de serem tomadas providências para reparos na Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Sr. Presidente, isto é óbvio e ululante. Veja bem, um Deputado da nossa bancada dirigir respeitosamente um pedido para que se dê, para que se faça uma benfeitoria numa determinada estrada, é lógico.

Mas, parafraseando Kennedy, "não basta dar uma ordem, é preciso que ela seja cumprida". Então, há necessidade que eu teria de pedir vênua à bancada majoritária desta Casa, Sr. Presidente e a Vossa Excelência, quando me cassa a palavra porque eu não sou letrado como Vossa Excelência.

Mas, neste momento em que vemos tanta baboseira, Sr. Presidente, tantos requerimentos desnecessários, tanta burocracia desnecessária, quando o povo clama por justiça, por empregos, nesta crise de desempregos, vemos um requerimento da nossa bancada a pedir benefícios porque não temos acesso às Secretarias e estamos hoje e por esses três anos, marginalizados, então, temos este requerimento e consideramos esta Casa um veículo para pedir, para implorar em benefício de nossa terra e de nossa gente, vemos os Deputados da Situação a sofismar, a

brincar e a fazer demagogia, para que levem uma cópia, Sr. Presidente, para dizerem que eles é que fizeram o PROSAFRA. Saiba o Paraná e saibam os homens da Bancada Opositora, que o dinheiro do PROSAFRA foi liberado, bem ou mal, pelo Governo Federal.

Não será isto, Sr. Presidente, que servirá de "chacota". Votaremos, honesta e honradamente, todos os requerimentos que beneficiem o Paraná, o que não podemos, o que não pode é a bancada escutar ser subserviente e ouvir outros requerimentos lidos por Vossa Excelência, Sr. Presidente, a cassar a palavra de um Deputado que precisava de amparo e de lenitivo, dizer, Sr. Presidente, que é necessário passar pelos Anais da Casa um Deputado pedir para que o PROSAFRA seja liberado, porque a sua palavra, a palavra de um Deputado, do nosso tempo, era uma ordem para os Secretários.

Se procurar claudicar, Sr. Presidente, dizemos que a Bancada do PMDB, os Deputados que nos refutaram, foram infelizes, porque queremos, unidos, trabalhar pelo Paraná, mas não com medidas esdrúxulas, porque no nosso adágio, Sr. Presidente, "manda quem pode e obedece quem precisa" e nós obedecemos uma ordem, porque Vossa Excelência, sentado nessa cadeira, é o chefe supremo e soberano, então que Vossa Excelência saiba discernir, Sr. Presidente, como Vossa Excelência tem sabido, o certo, do errado.

E diga aos seus companheiros que não há necessidade de passarem por aqui esses requerimentos, aqui nós temos o veterano Aníbal Khury, que, quando sentado na sua Secretaria, mandava, porque "manda quem pode, obedece quem precisa".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Marcio de Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando uma moção de apoio e solidariedade aos Srs. Presidente da Associação Médica do Paraná e Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, legítimos representantes da classe dos médicos do Paraná. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o Artigo 89, § 1.º, do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.